

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
CURSO DE PEDAGOGIA**

Grace Santos Brandão Vieira
Helainne Trindade de Almeida
Liz do nascimento Andrade

**ACESSIBILIDADE: SERÁ QUE AS UNIVERSIDADES
ESTÃO PREPARADAS PARA ATENDER OS ADOLESCENTES E
ADULTOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?**

Aracaju – se
2011

Grace Santos Brandão Vieira
Helainne Trindade de Almeida
Liz do nascimento Andrade

**ACESSIBILIDADE: SERÁ QUE AS UNIVERSIDADES
ESTÃO PREPARADAS PARA ATENDER OS ADOLESCENTES E
ADULTOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?**

Projeto de pesquisa apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes – UNIT Campus Centro sob a orientação da Profª MSc. Mariângela Dias Santos.

PROFª MSc. MARIÂNGELA DIAS SANTOS

Aracaju – se

2011

DEDICATÓRIA

A Deus por ter nos iluminado em todo momento e ter nos ajudado a chegar à finalidade do curso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus, ao qual sempre esteve e estará presente em todos os momentos de nossas vidas.

Aos nossos familiares, companheiros, amigos.

Aos nossos pais, pela total dedicação, incentivo e amor.

Agradecemos a todos os funcionários da instituição da Unit Campus Centro, Aracaju.

Em especial queremos agradecer aos professores Joana Dar’c, Vanda Maria Salmeron, Marcos Paulo Sobral, Andreia Karla.

A querida professora Mariângela Dias, que aceitou ser a orientadora e com sua calma nos orientou a este trabalho brilhantemente.

Agradecemos a Deus por ter nos proporcionado toda a capacidade de realizar esse trabalho cujo foi necessária muita sabedoria, e a ter nos dado o “dom” de sermos pedagogos.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	9
2 - EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR	13
3 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR ESPECIAL, APÓS A MUDANÇA NA LEI	15
4- ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE TIRADENTES: COMO ISSO ACONTECE, DIANTE DAS POSSÍVEIS DIFICULDADES E DAS DIFERENTES DEFICIÊNCIAS EXISTENTES.	16
5 - O SERVIÇO SOCIAL DO NAPPS	21
6 – CONCLUSÃO	23
7 – REFERENCIAS	25

RESUMO

ALMEIDA, Helainne de trindade. **ACESSIBILIDADE: SERÁ QUE AS UNIVERSIDADES ESTÃO PREPARADAS PARA ATENDER OS ADOLESCENTES E ADULTOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?** 2011. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em pedagogia). Unit, Aracaju.

ANDRADE, Liz do Nascimento. **ACESSIBILIDADE: SERÁ QUE AS UNIVERSIDADES ESTÃO PREPARADAS PARA ATENDER OS ADOLESCENTES E ADULTOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?** 2011. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em pedagogia). Unit, Aracaju.

VIEIRA, Grace Santos Brandão. **ACESSIBILIDADE: SERÁ QUE AS UNIVERSIDADES ESTÃO PREPARADAS PARA ATENDER OS ADOLESCENTES E ADULTOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?** 2011. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em pedagogia). Unit, Aracaju.

Alguns jovens sofrem com algum tipo de deficiência, e quando ela é física dificulta ainda mais sua entrada em algumas instituições. O que antes era visto como anomalia, hoje é visto como “diferente” e ainda que exista um preconceito nas instituições, elas precisam se adequar a esses indivíduos para quebrar essa indiferença. E ainda que haja a legislação a favor desses portadores será que as universidades estão preparadas para receber esses alunos, tanto na parte física quanto na parte docente? A pesquisa, bibliográfica a seguir tem a finalidade de abordar a importância da acessibilidade aos portadores de deficiência física, visual, mental e auditiva, bem como identificar a acessibilidade presente na Universidade Tiradentes, verificando os equipamentos que dispõem de uma acessibilidade adequada. A pesquisa tem como objetivo ver realmente quais são os direitos que esses alunos têm para ter acesso à universidade e se a universidade cumpre com o seu dever se adequando para os mesmos. Faz-se necessário que haja uma adaptação nas edificações e estruturas dos equipamentos de interesse público para que lhes permita um maior acesso dos mesmos. E preparar toda a equipe docente para melhor desenvolvimento do ensino-aprendizagem, quebrando barreiras para o conhecimento. Tendo um trabalho conclusivo de que a acessibilidade realmente acontece que não fica apenas dito que essa acessibilidade existente como palavra.

Palavras-chave: Deficiência física, mental, visual e auditiva; Acessibilidade: Inclusão.

ABSTRACT

Some couples suffer from some form of disability, and when it is physically more difficult entry into some institutions. What was once seen as an anomaly, is now seen as "different" and although there is a bias in institutions, they must adapt to these individuals to break this indifference. And although there is legislation in favor of these carriers is that universities are prepared to receive these students in both the physical and on the faculty? The research literature below is intended to address the importance of accessibility to people with physical disabilities, visual, mental, hearing, and identify accessibility present in Tiradentes University, checking the equipment have proper accessibility. The research aims to really see what are the rights that these students have to access the university and the university fulfills its duty if appropriate for them. It is necessary that there be an adaptation of the structures of buildings and equipment of public interest to allow them greater access them. And prepare all the teaching staff to better development of teaching and learning, breaking down barriers to understanding. Having a conclusive work that accessibility really happens that is not only said that accessibility exists as a word.

Keywords: physical, mental, visual and hearing; Accessibility: Inclusion.

1 - INTRODUÇÃO

O termo acessibilidade vem sendo discutido em todos os segmentos sociais, principalmente nas escolas. O grande foco é de sensibilizar a sociedade e fazer com que o corpo docente mude sua forma de agir diante das mudanças que estão ocorrendo em nossa educação. Para que essas pessoas com deficiência visual tenham o direito garantido de educação que está na LDB 9394/96 art.4 inc. III. – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Não esquecendo que a evolução na aprendizagem irá ocorrer de forma diferenciada em nossos alunos, já que, cada um tem um ritmo diferente, fazendo com que essas pessoas atinjam os níveis mais elevado de ensino, como deixa claro o art. 4 inc. V – o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Tais inclusões vêm sendo um processo educacional que ainda está sofrendo modificações para melhor atender a essas pessoas com necessidades especiais, fazendo com que elas tenham acesso ao campo de trabalho sem tantas limitações, limitações essas como não ler porque não tem livros em braile ou sonoro, pessoas que não sabe lidar com os mesmo e acaba fazendo coisas como gestos em que o deficiente visual não tem como entender, ou é deixado falando sozinho, quanto sai e não informa, locomoção. É por esses motivos e outras que as pessoas devem ter orientações para saber lidar com essas pessoas com deficiência visual, ate porque eles também fazem parte da sociedade. Entretanto é um objeto delicado que requer paciência, comprometimento e dedicação de todos.

Percebemos que ao longo dos tempos os ditos deficientes visuais vêm travando uma luta por seus direitos na sociedade como um todo, para que tenham seus direitos respeitados.

Hoje, a meta das escolas é promover uma melhor socialização, as instituições de ensino estão procurando professores capacitados para lidar com crianças com necessidades especiais, com intuito de quebrar paradigmas e promover a inclusão de todos.

Normalmente quem trabalha com adultos portadoras de deficiência está exposto a problemas, até porque acabamos nos envolvendo com a vida do outro. Acabamos não só sendo professor mais sim envolvendo – se na vida pessoal dele: a residência, a família, a alimentação, a comunidade que reside, a saúde. Sendo que vivenciamos tudo isso na escola, lugar que nós pedagogos (professores) temos mais contatos com as pessoas com necessidade especial e que como estamos com ela todos os dias, nos leva a conhecer um pouco mais a pessoa e o que devemos fazer para lidar com ele, isso não quer dizer que resolveremos todos os seus problemas, mas com comprometimento tentaremos minimizar as dificuldades existentes nas escolas atuais.

Esse é um dos motivos que temos para esta sempre nos aperfeiçoando profissionalmente, porque ser professor não se trata apenas de ensinar o conteúdo necessário, mas sim de ensinar de acordo com as necessidades de cada aluno, desta forma estaremos ajudando - o a desenvolver o seu aprendizado da melhor forma possível, fazendo com que ele realmente aprenda e aplique em seu dia – a - dia.

Segundo, Maclaren (1997) é preciso nos adequar e entender as necessidades de cada indivíduo, pois vivemos em sociedade e ter respeito pela dificuldade de cada um é um ato de cidadania. Então quando falamos em inclusão, não podemos ter em mente apenas o espaço físico que elas irão usufruir, acessibilidade vai além de melhorias de tais como adaptação do meio físico, precisamos sim, mudar conceitos e quebrar paradigmas tão constante em nossa sociedade.

O fator principal da inclusão deve ser trabalhado na escola, já que o respeito deve ser implantado desde a infância. No campo da educação, a inclusão envolve um processo de

reforma de reestruturação das escolas como um todo. Para que desta forma possamos alcançar uma universidade preparadas para os mesmo, já que vem de um preparo desde a infantil.

Essa tal reforma é garantir o acesso e a participação de todos os adultos em todas as possibilidades de oportunidades que deverão ser oferecidas pela universidade. Para as pessoas com deficiência, a oportunidade de ter acesso a todos os espaços torna-se base para que outros direitos e liberdades sejam exercidos, além da convivência em diferentes situações.

A falta de conhecimento faz com que as pessoas acreditem que inclusão é apenas a adaptação dos espaços físicos de alguns estabelecimentos ou ter um atendimento preferencial, só que seu conceito vai muito além.

"Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade" SASSAKI (1997, p. 41).

Diante do exposto acima, percebemos que a grande dificuldade da adaptação social no processo inclusivo, não depende apenas de leis que incentivem o ingresso de pessoas portadoras de necessidades especiais nas universidades regulares e sim de aceitação igualitária de todos.

Proporcionar acessibilidade conduz ao início de convivências sociais que oferecem oportunidades de diálogo aos que estavam isolados e, por outro, favorecem aprendizagem a muitos que desconheciam elementos inerentes à condição humana. "Acreditamos que ao incluir o aluno com deficiência mental na escola regular, estamos exigindo desta instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas" (MANTOAN, 1997, p.120).

Nos dias atuais temos nas escolas a inclusão social que acolhe de forma gratuita as crianças com necessidades especiais. Educar, no âmbito da legislação brasileira, é um processo de responsabilidade família/estado/sociedade e passa necessariamente pela educação escolar. Por isso, todos têm direito de ir á escola e o estado tem o dever de atender a este direito. Por outro lado, é importante que esse acolhimento não seja feito meramente formal e que o aluno com deficiência tenha condições efetivas de realizar integralmente suas potencialidades diante da aprendizagem.

A inclusão se baseia em princípios, tais como:

- A aceitação das diferenças individuais como uma normalidade e não como uma anormalidade. A pessoa com deficiência, para ser respeitada em primeiro lugar ela precisa se aceitar e entender a sua deficiência.
- A valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas. Entender que mesmo com uma determinada deficiência ela tem a sua importância e a sua capacidade de desenvolver o que desejar.
- O respeito a todos, diante das possíveis limitações que cada um tenha. Aprimorar o conhecimento das pessoas que conviver com o deficiente que para ter respeito precisa saber respeitar.
- As modificações arquitetônicas em todos os estabelecimentos, facilitando assim o acesso fazendo com que eles sintam-se inclusos e inseridos na sociedade em que vivem. De certa forma retirar a “barreira” que acaba excluindo e ate mesmo não respeitando as pessoas com necessidade especial, por não ter livre acesso aos estabelecimentos.
- O igual valor das minorias em comparação com a maioria. Todos terem direitos igual, independente de deficiência, raça, religião e economia.

- Facilitar o acesso dos meios de comunicação e aprendizado. (Portaria 3.284, de 7 de Novembro de 2003)

São essas as inclusões que todos os estabelecimentos sociais devem ter, para que não aja exclusão. Desta forma desenvolvendo a acessibilidade para todos e em todos os lugares, pontos esses ditos a cima que deve ter como base para um ensino de qualidade nas instituições de ensino superior.

2 - EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR

Em 1994 houve uma Conferência Mundial estruturada em torno de uma Ação de uma Educação Especial, evento esse organizado pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, representando 88 governos e 25 organizações internacionais reunidas em assembléia, no período de 7 a 10 de junho do mesmo ano em Salamanca na Espanha. Azonilde Loretto da Trindade (1999) Revista educação e diversidade p. 10

Segundo essa autora, A declaração surgiu da necessidade de melhoria no acesso educacional para aqueles que se encontra com necessidades educacionais especiais. Seu objetivo é informar sobre políticas e nortear ações governamentais, organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não-governamentais e outras instituições na implementação na Declaração de Salamanca. (p.10)

Conforme a UNESCO, “pessoa deficiente é qualquer pessoa incapaz de assegurar por se mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal,

em decorrência de uma deficiência congênita, ou não, em suas capacidades físicas ou mentais”. (p.43)

Independente de qual seja a deficiência, a pessoa tem direito a uma vida socialmente normal. Portanto ela tem total direito de viver independente o que para isso é necessário a adaptação de ambiente físico, capacitação das pessoas que vai ter contato com a mesmo e adequação dos produtos em que as pessoas com necessidades especiais possa ter contato e entendimento.

Atualmente a educação especial esta voltada para a educação e a diversidade, ou seja, para todas as pessoas que apresentem alguma dificuldade de aprendizagem que requeira uma medida educativa especial, seja por aspectos cognitivos, físicos, sensoriais, culturais, religiosos, raciais ou regionais. “conjuntos de recursos humanos e materiais postos à disposição do sistema educativo para que este possa responder adequadamente às necessidades que de forma transitória ou permanente, possam apresentar alguns dos alunos”. (revista CIÊNCIAS NATURAIS; p. 43)

O estudioso Santomé (1995) acredita nas possibilidades da escola e na força da pedagogia como “uma forma de luta político - cultural” para transformação da sociedade. Ele considera que as instituições escolares são lugares de luta e socialização, {tendo} “como missão expandir as capacidades humanas, favorecer as análises e processos de reflexão em comum da realidade, desenvolver nas alunas e alunos os procedimentos e destrezas imprescindíveis para sua atuação responsável, crítica, democrática e solidaria na sociedade” (SANTOMÉ, 1995. p.175).

Assim, se quisermos modificar a sociedade, devemos começar por modificar as nossas relações sociais; a nossa maneira de pensar o outro, pois as alterações superficiais

nossos pensamentos diários sobre o tipo de sociedade na qual gostaríamos de viver não são adequadas a nenhuma transformação social profunda esse modo de pensar. A real transformação social exige que modifiquemos nossas categorias básicas de pensamento; exige uma reforma de pensamento no sentido proposto por Edgar Morin, que alteremos todo o arcabouço intelectual no qual acolhemos nossas experiências e percepções. Com efeito, precisamos exercitar a cognição, “aprender a aprender” uma linguagem inteiramente nova. (p. 11)

3 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR ESPECIAL, APÓS A MUDANÇA NA LEI

O Ministro de Estado da Educação, interino, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto no 2.306, de 19 de agosto de 1997, e considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações de ensino, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.
(<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>)

Tais leis estabelecem direitos a todos que possuam alguma deficiência, seja motora ou mental, não apenas o direito de ir e vir que esta em nossa Constituição Federal, art. 5, mas

sim, fazendo com que todos tenham livre e fácil acesso aos meios educacionais, sendo respeitado diante das suas possíveis limitações. Mesmo sendo os “ditos normais” possuímos algumas limitações e queremos respeitos, então precisamos respeitar os nossos semelhantes.

4 - ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE TIRADENTES: COMO ISSO ACONTECE, DIANTE DAS POSSÍVEIS DIFICULDADES E DAS DIFERENTES DEFICIÊNCIAS EXISTENTES.

Em 03 de Maio de 1996, um grupo de 04 professores do Curso de Serviço Social da UNIT, sendo 02 Psicólogos e 02 Assistentes sociais, pensam, elabora e apresenta ao Departamento de Ciências Sociais, o projeto de criação do Núcleo de atendimento Psicossocial – NAPS. Esse projeto tem como objetivo melhorar a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual dos alunos, sendo que, atingiram não apenas o alunado, e sim as relações de professores com professores e/ professores e Instituição. Fazendo com que todos despertassem motivação com a Filosofia educacional da Instituição e também prestar serviço a comunidade no sentido de orientá-los vocacionalmente, possibilitando uma escolha consciente em sua carreira profissional.

O grupo de professores era composto por: Psicóloga - Ana Olímpia Freire Sotero de Menezes e Glayde Selma M.Schapke e Assistentes Sociais – Cândida Margarida de Oliveira Matos e Maria Guadalupe Alves de Oliva e propunha 4h/aula para cada profissional. Após cumprir todo o trâmite legal, o projeto foi aprovado pelo Departamento

e pela Reitoria, com algumas modificações. Entre elas, os recursos humanos contariam apenas com 01 Psicólogo, sendo indicada a professora Glayde Selma, mentora da proposta e 01 Assistente Social, a professora Cândida Margarida, que em função de sair de licença gestação, foi substituída pela professora Maria José Teles Melo Coutinho.

O NAPPS funcionava em um espaço cedido pela instituição, no mini shopping, entre os blocos A e B, podemos dizer que essa foi a 1ª fase que durou aproximadamente 3 anos.

Nessa 1ª fase as atividades foram voltadas para: a) o atendimento dos alunos; b) atendimento a professores; c) atendimento à comunidade e d) grupo de estudos. A 2ª fase caracteriza-se além dos atendimentos, para o direcionamento a 03 focos distintos: a) Trezena de Santo Antonio e Novena Natalina; b) Cadastro de moradias para estudantes de outras cidades e/ou Estados (apartamentos, hotéis, pensionatos, pousadas) e c) Sarau cultural, às 6as, feiras depois das 22h, com apresentações de músicas, danças e poesias com participação de alunos da instituição e fora dela, como forma de integrar a universidade à sociedade. Fizeram parte desta fase os professores Antonio da Conceição Ramos e Sebastião Weber.

Também atuaram nessa fase: como Assistente Social, Rosangela S. de Araujo e como Psicólogas Glayde Selma Schamp e Elaine Pereira Terrasi e encerra-se em 2001.

Entre a 2ª e a 3ª fase há um período de vacância, visto a necessidade de se refletir sobre o objetivo proposto pelo núcleo, de forma a atender às demandas e as transformações da sociedade. A memória da 1ª e 2ª fase foi possível graças aos depoimentos de parte dos envolvidos, como Profa. Cândida Margarida, profa. Maria José Coutinho, A. Social Rosangela Araujo e Psicóloga Ana Olívia Sotero e alguns documentos do arquivo da Diretoria de Graduação e de arquivo particular tanto de

Rosângela quanto de Ana Olívia. A partir da 3ª fase já foi possível a organização dos dados a partir dos relatórios do próprio núcleo.

A 3ª fase apresenta como características alteração em sua nomenclatura, que incorpora mais um P, passando a se chamar NAPPS, pois o aspecto pedagógico agora é agregado ao Psicossocial. Nesse período as ações ainda estão centralizadas no Campus Farolândia, porém o foco das ações está no atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem, com deficiências ou em situação de conflito. Para dirimir as dificuldades no aprendizado é ofertado serviços de Tutoria, onde os professores disponibilizam 2h/aula para tirarem dúvidas dos alunos. São elencadas as disciplinas com maior índice de reprovação e indicadas pela então, Pró Reitoria de Graduação. Essa fase vai de 2009 a Junho de 2010. Sua estrutura conta com 01 Coordenador-Professor Jorge Renato Johan e como Vice-Coordenador o professor Daniel Neves. Nessa fase o Napps não dispõe de Assistente Social ou Psicólogo. O atendimento Psicossocial é feito pelos Professores Renato Johan e Daniel Neves.

A 4ª fase que vai de Setembro de 2010 aos dias atuais, conta com 01 Coordenação, através da professora e Assistente Social Kátia Maria Araujo Souza e como Vice-Coordenadora a Psicóloga Ana Olívia Freire Sotero. Mantém a proposta da fase anterior, absorve o acompanhamento ao programa de monitoria da instituição e estende a ação ao campus centro e em parceria com o CAEPS do Curso Serviço Social, se lança nos Campi de Estância, Itabaiana e Propriá. O atendimento social nos campi do interior fica sob a responsabilidade das Coordenadoras adjuntas do Curso Serviço Social naquelas localidades e o atendimento psicológico assim definido: 2010/2 Estância- Professora Jarbene; Itabaiana e Propriá- Professora Ariane Brum de Carvalho. Em 2011/1, o professor Ramón Sergio Souza atende Estância e Itabaiana e a professora Ariane atende o campus Centro e Propriá. No exercício de 2011/2, o atendimento social na Farolândia e

Campus Centro ficam sob a responsabilidade da Profa. Katia Araujo, nos campi do interior com as Coordenadoras Adjuntas do Curso de Serviço Social, com 4h disponibilizadas para tal fim. O atendimento de Psicologia fica no Campus Centro com 4h sob a orientação da Profa. Ana Olívia Sotero e no Campus Propriá com a Profa. Ariane Brum, também com 4h semanais.

Para os atendimentos com Psicopedagogas, sempre que necessário, requisitamos uma profissional da Diretoria de Graduação, embora já tenha sido autorizada a ampliação de carga horária de tutores do EAD para os campi do interior.

O Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial atende gratuitamente os alunos e familiares, buscando a integração escola-aluno-família, é um setor multiprofissional e que engloba o Serviço Social na Educação. Somos vinculados diretamente à Pró Reitoria Adjunta de Graduação – PAGR. O público alvo é o corpo discentes sendo alunos da Graduação e Pós Graduação, pais de alunos e colaboradores. O NAPPS tem como objetivo promover o desenvolvimento integral do discente e dos colaboradores, através de ações isoladas ou conjuntas com seus familiares, visando o aperfeiçoamento individual e o melhor desempenho no processo de ensino/aprendizagem, desenvolvendo possivelmente os serviços como o atendimento psicossocial individual a alunos, colaboradores e família; atendimento individual e/ou grupal aos discentes através de professores tutores e as orientações voltadas para o mercado de trabalho e orientação profissional;

As atividades de Monitoria são desenvolvidas por alunos selecionados por Edital, acompanhados por Professores Orientadores, cabendo ao Napps uma atividade administrativa complementar, de análise e sistematização de dados em conjunto com a Assessoria da PAGR

As atividades de Tutoria, tanto podem ser realizadas no espaço do Napps – 2º. Piso da Biblioteca, como nos Laboratórios dos Cursos, a depender da realidade do Curso e da Disciplina. O Professor Tutor preenche uma Ficha de Atendimento, de acordo com seu dia e horário de Tutoria. A

carga horária é de 2h aula para cada professor. O professor atende os alunos tanto de forma presencial como a distancia utilizando o Chat ou Foro no Portal Magister. O objetivo é de dirimir as dúvidas dos alunos em relação aos conteúdos de forma a abrir um canal de comunicação permanente entre professor/aluno, facilitando o processo de aprendizagem.

O Atendimento Psicossocial também tem como foco da ação atender ao aluno em sua dimensão humana, buscando atenuar as dificuldades tanto no processo de ensinagem/aprendizagem, como no de avaliação, que deve observar as especificidades dos alunos, como na resolução de conflitos que acabam por intervir nos resultados da aprendizagem. Estamos priorizando uma atenção especial a alunos com deficiências ou dificuldades, pois além de atendermos o que preconiza a legislação em termos de inclusão, esta IES tem um compromisso com o cidadão e a sociedade.

Contamos hoje com 46 Professores Tutores; 89 Monitores Remunerados e 34 Monitores Voluntários.

A Equipe técnica é formada pela Coordenadora – Assistente Social, contando com 01 Psicóloga com 12h semanais no Campus Farolândia e atendendo ao campus Centro de acordo com a demanda, 01 Psicóloga no Campus Estância, com atendimento de 4h semanais. Estamos aguardando a confirmação de 01 Psicopedagogo para o Campus Farolândia e Centro, também com 4h semanais e a indicação de 02 Psicólogos, com 4h semanais, sendo 01 para o campus Itabaiana e 01 para o campus Propriá. Nos Campi do Interior o atendimento social é feito pela Coordenadora Adjunta do Curso de Serviço Social, que são assistentes Sociais e atendem no CAEPS (Centro de Atendimento, Estudo e Pesquisa em Serviço Social). Na sede do Napps no Campus Farolândia, contamos ainda com uma Secretária, nos turnos manhã e tarde e uma Estagiária de Serviço Social no turno da noite, de forma que possamos estar sempre disponíveis para atender à demanda.

5 - O serviço Social do NAPPS

As ações do serviço social aqui são definidas em duas áreas, gestão e específica. Na área de gestão é desenvolvido o acompanhamento das tutorias: Disponibilização dos espaços: atendimento ao estudante e análise dos atendimentos (horário de maior procura, disciplina, tutor mais requisitado), de forma a possibilitar um redirecionamento das ações para o próximo período; Acompanhamento das monitorias que é através dos instrumentais (folhas de frequência, atividades desenvolvidas, avaliação do monitor do orientador), verificando as fragilidades e onde poderemos melhorar o atendimento ao aluno com deficiência desta forma levantamento do nível de conhecimento e de satisfação dos alunos em relação ao NAPPS de forma a direcionar novas ações como; o acompanhamento e avaliação dos atendimentos pedagógicos e psicossociais em busca de parcerias: Caps. Adevide, Fundação Dorina Will ou outros, para atendimento a alunos com dificuldade ou deficiência. O acompanhamento junto aos coordenadores adjuntos do curso de serviço social e que assumem concomitantemente o NAPPS sobre os serviços ofertados nos campi do interior. Acompanhamento das ações do NAPPS no campus centro (triagem e acompanhamento com psicólogo) com a verificação de situações que necessitem de adequações para atendimento a alunos especiais; para ter esse controle e conhecimento é necessário reuniões sistemáticas com a diretoria de graduação de forma a manter um fluxo de informações e acompanhamento com a elaboração de relatórios mensal e semestral, bem como do plano de ação para o semestre seguinte.

Já na área específica o desenvolvimento acontece da seguinte forma, com a **Triagem** – atendimento ao aluno que procura apoio pedagógico ou psicossocial. **Acolhimento** – demanda induzida (enviada pelo curso) ou espontânea (quando o próprio aluno nos procura). **Encaminhamento**– ao psicólogo centro de psicologia da unit caps, ou

outro setor. **Levantamento**– dos alunos com deficiência (**de qualquer tipo**) ou dificuldade de aprendizagem, de forma a possibilitar a acessibilidade, efetivação da legislação e inclusão em parceria com outros cursos; **Pesquisa**– por amostragem de alunos ingressantes para a identificação de demandas para o NAPPS (**Pesquisa – ação**). **Reunião**– com coordenadores e professores que tenham alunos com deficiência ou dificuldades, discutindo formas de atendimento e avaliação. **Supervisão** – de estagiários de serviço social. **Elaboração** – de instrumentais. É quando sai da teoria que é feita na gestão e é colocado tudo em prática.

Diante de todo esse planejamento e adequação para desenvolver um excelente trabalho não devemos esquecer das seguintes observações. É comum ouvirmos falar do serviço social apenas quando da atuação junto ao usuário de forma direta e esquecemos que a área administrativa gerencial de uma unidade como esta é também de competência do serviço social, tanto que temos na matriz curricular uma disciplina intitulada administração e planejamento em serviço social, é de extrema importância ter o conhecimento da política nacional de educação – Plano, LDB, PPI, PPC, legislação sobre acessibilidade e inclusão, não podendo esquecer-se da política de saúde – atendimento ao deficiente e com dificuldades de aprendizado – conhecimento da rede de proteção à saúde. A política de assistência social – rede de atendimento socioassistencial. Entretanto temos alunos de todas as classes e categorias sociais, com as suas mais diversas dificuldades, então é necessário o atendimento em conjunto com o psicólogo e o psicopedagogo.

6 - CONCLUSÃO

A sociedade brasileira se compõe na diversidade de culturas. Há atualmente uma grande preocupação em respeitar essa diversidade, abonar direitos, buscar recursos para que toda a população possa viver com dignidade em nosso país. Precisamos de uma sociedade aberta a todos, que respeite os interesses de todos os seus cidadãos, uma sociedade preparada para a diversidade, onde todas as pessoas estejam incluídas, vivendo com dignidade.

Quando focamos a educação como um artifício que vai nos ajudar ao longo da vida, precisamos quebrar barreiras para o preconceito ampliando a socialização. Como pedagogos deveram estar atualizados para as necessidades de cada aluno já que eles são vistos de forma singular, contribuindo para a igualdade valorizando a formação de cada indivíduo despertando o interesse de cada aluno.

A grande importância desse trabalho foi identificar as dificuldades dos alunos que sofrem com alguma deficiência e saber se as universidades contribuem para essa formação capacitando os professores para lidar com os mesmos.

Ao longo do tempo esses alunos buscam pelos seus direitos na sociedade principalmente dentro das escolas e universidades, visto que o interesse maior é ter acesso ao conhecimento através de pessoas capacitadas para lidar com alunos deficientes ou não sabendo ajudar cada indivíduo de forma impar.

As universidades investem na socialização defendendo os direitos dos alunos promovendo conhecimento e quebrando preconceitos incluindo os alunos, independente das suas dificuldades, abrindo portas para a acessibilidade.

Pode-se concluir que a universidade analisada parece ter incorporado algumas características de acessibilidade física, tais como: corredores amplos, portões e portas pelas

quais podem passar usuários de cadeira de rodas, cuidado com desníveis que foram providos por rampas, e capacitando os professores lhe dar com os alunos.

Enfim, o trabalho permitiu a reflexão sobre uma série de questões importantíssimas em torno do assunto. Onde através das obras lidas, observamos que a busca pela igualdade na educação vem sendo trabalhada mesmo enfrentando algumas dificuldades, fazendo com que alunos e professores busquem um melhor aprendizado. Certo que, ainda precisam algumas de modificações: de uma estrutura melhor, de profissionais capacitados, de uma maior compreensão da sociedade entre outras. Com o tempo as necessidades especiais de alguns jovens e adultos passarão a ser vistas como algo natural, a partir do momento em que as pessoas estejam conscientizadas dessa diversidade, passarão a respeitar as dificuldades de cada ser, ciente de que ser diferente é normal.

7 - REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050 - **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BRASIL. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais** / Peter Mittler; trad. Windy Brazão ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOMÉ, Jorjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Alienígenas na sala de aula. – Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SKLIAR, C.(Org.). **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 199